

# REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE O DEBATE

Em Torno dos Movimentos Sociais na África

FABRÍCIO CARDOSO DE MELLO\*

## RESUMO

O propósito do presente artigo é apresentar e discutir de forma crítica a produção bibliográfica recente que aborda a questão das lutas e mobilizações políticas no continente africano a partir do conceito de “movimento social”. A literatura é separada pela adesão a dois argumentos gerais distintos. O primeiro deles alarga consideravelmente o conceito para fazer com que seja aplicável ao maior número possível de casos empíricos. Já o segundo segue um caminho contrário e defende a impossibilidade de se falar em movimentos sociais na África. Ao longo do texto aborda as contribuições positivas desses autores, mas pontua também seus limites e pontos fracos. Na conclusão, defendo a importância de se afirmar uma abordagem heurística sobre os movimentos sociais, já presente na literatura consagrada sobre o tema, para a discussão em torno de casos africanos.

**Palavras-chave:** África; Política Africana; Movimentos Sociais.

## ABSTRACT

The purpose of this article is to present and critically assess the recent bibliographical production addressing the issue of political struggles and mobilizations in the African continent from the perspective of social movement analysis. This literature is separated by adherence to two different general arguments. The first one considerably broadens the concept to make it applicable to as many empirical cases as possible. The second is on the opposite path and argues that it is impossible to talk about social movements in Africa. The text addresses the positive contributions of these authors, but also points out their limits and weaknesses. In the conclusion, I defend the importance of asserting a heuristic approach on social movements, already present in the consecrated literature on the subject, for the discussion around African cases.

**Keywords:** Africa; African Politics; Social Movements.

\*Doutor em Sociologia pelo IESP-UERJ, integra o Núcleo de Estudos em Teoria Social e América Latina (NETSAL/IESP-UERJ). Foi pesquisador associado ao *Social Change Research Chair* da University of Johannesburg, onde também realizou o período sanduíche do doutorado. Email: fcmello@gmail.com

## Introdução

O debate acadêmico sobre os movimentos sociais se institucionalizou na Europa e nos Estados Unidos na década de 1970, e desde então se espalhou por todas as regiões do mundo, rompendo suas fronteiras iniciais para muito além das sociedades (pós) industriais do Norte global. Na América Latina especialmente, mas também em regiões da Ásia, profícuos debates ganharam vida sobre as mobilizações locais. Na África, entretanto, estudos com esse foco foram menos numerosos, com um primeiro esforço sistematizador somente na segunda metade da década de 1980 e, após uma longa pausa, um animador reaquecimento desde o fim da última década. O principal objetivo deste artigo é apresentar criticamente a produção interdisciplinar recente que aborda as contestações e mobilizações políticas no continente africano desde uma referência central ao conceito de movimento social. A parte mais significativa do texto é dedicada especificamente a tal intento, por meio da apresentação de algumas das principais teses avançadas por essa bibliografia. Na última seção, contudo, apresentarei uma reflexão mais propositiva, que sugere que a recolocação do debate em uma via argumentativa até então inexplorada parece ser um procedimento mais frutífero do que aqueles que serão delineados ao longo do texto.

Com respeito ao conteúdo das propostas encontradas na literatura disponível, identifico dois padrões argumentativos distintos que agrupam a maior parte dos autores visitados. A primeira delas é predominante e generaliza o conceito de movimento social para assim abarcar qualquer ação coletiva no âmbito político africano. A segunda segue a direção contrária, ao afirmar que esse tipo de fenômeno estaria demasiadamente comprometido com processos históricos europeus para poder ser pensado a partir de casos empíricos ocorridos no continente. Isso será feito após uma breve contextualização histórica de como a noção de “movimento social” passou a frequentar o debate sobre as dinâmicas políticas africanas, marcado até a década de 1990 por outros termos chave como resistência e sociedade civil. Acredito que o estágio em que nos encontramos não seja maduro o suficiente para aventurar propostas herméticas, pretensamente definitivas. Mais pesquisas e discussões são necessárias para a expansão de nosso conhecimento sobre o tema. Contudo, em resposta aos problemas que serão apresentados abaixo, defendo na conclusão uma guinada heurística aos estudos sobre os movimentos sociais na África, na tentativa de movê-lo um pouco além do terreno meramente exploratório em que está situado no momento. Como será oportunamente especificado, essa proposta indica mais uma correção de curso que se julga necessária do que a tentativa de uma definição fechada sobre o tema.

## Contextualizando a origem dos estudos sobre os movimentos sociais africanos

A presença dos movimentos sociais enquanto relevantes atores políticos na literatura das ciências sociais remonta aos escritos de Marx sobre o papel da classe trabalhadora na derrocada da ordem burguesa europeia. Os movimentos operários permaneceram como protagonistas inquestionáveis para o estudo do protesto por grande parte do século XX. Mas foi sob a influência dos acontecimentos no final dos anos 1960, cuja ebulição política e cultural pôs em evidência pautas de mobilização para muito além do mundo do trabalho, que um debate sistemático sobre os movimentos sociais começou a se estabelecer entre cientistas sociais da Europa e dos Estados Unidos. Foi nesse contexto que a partir da década de 1970

se desenvolveram os dois paradigmas teóricos iniciais do campo de estudos contemporâneo sobre os movimentos sociais: o identitário e o estratégico<sup>1</sup>. O paradigma identitário (também conhecido como a “Teoria dos Movimentos Sociais”, TNMS), essencialmente elaborado pelos estudiosos europeus, buscou aprofundar-se na dimensão cultural das contestações, lançando luz sobre o aparato simbólico acessado e produzido em cenários de protesto. Seu foco voltou-se para campanhas com demandas consideradas “pós-materiais”, como as de gênero, raça, ou ecológicas. O estratégico, de forte tradição estadunidense, optou por um olhar direcionado à racionalidade presente no manejo de recursos por parte dos movimentos sociais. Sua versão pioneira, comumente chamada de “Teoria da Mobilização de Recursos” (TMR), dividiu espaço posteriormente com um grupo de autores que subordinava o estudo da mobilização estratégica à determinação de macroestruturas políticas. Essa última tendência se consagrou como a “Teoria do Processo Político” (TPP). Os dois paradigmas permaneceram mutuamente excludentes até meados dos anos 1990, quando um diálogo intercontinental se estabeleceu entre os pesquisadores, direcionando-os à busca por abordagens que articulassem as duas referências principais. As sínteses de Melucci<sup>2</sup>, do lado europeu, e Tarrow<sup>3</sup>, do norte-americano, são marcos deste momento. O conjunto dessas diferentes abordagens forma o cânone geralmente referido como “as teorias dos movimentos sociais”. Nos dias de hoje, a caminho da terceira década do século XXI, os então inconciliáveis paradigmas iniciais encontram-se bem articulados em uma série de renovadas abordagens, que também se abriram para questões adicionais de incontornável importância nas ciências sociais contemporâneas, como as discussões pós/descoloniais e a relevância de emoções e afetos para os desígnios da ação<sup>4</sup>.

O quadro teórico desenvolvido nessa trajetória espalhou-se para outras partes do mundo, com razoável recepção entre as regiões do Sul global. Assim foi no continente asiático, onde na Índia, em especial, desenvolveu-se um longo e denso debate sobre os movimentos sociais locais, particularmente profícuo a partir da década de 1980<sup>5</sup>. Na América Latina, um grande número de estudiosos se lançou à pesquisa sobre o tema em diferentes países, ainda que, em muitas ocasiões, de maneira indireta, tardia e parcial<sup>6</sup>. Todavia, isso não impediu que intelectuais latino-americanos desenvolvessem leituras criativas, na tentativa de escrutinar os traços próprios dos movimentos na região<sup>7</sup>. O período das transições democráticas na região, ocorrido entre os anos 1980-90, foi particularmente fértil na produção acadêmica sobre os movimentos sociais, que despontavam como “novos atores em cena”<sup>8</sup> nos diferentes sistemas políticos nacionais.

Na África, a incorporação do debate foi a mais tímida entre essas regiões, gerando um volume de trabalhos consideravelmente menor e com um diálogo ainda mais indireto, tardio e limitado com as teorias clássicas. Um primeiro fator a explicar essa característica é a

1 COHEN, Jean L. “Strategy or Identity? New Theoretical Paradigms and Contemporary Social Movements”, *Social Research*, Vol. 52, Nº4, 1985, p.663-716.

2 MELUCCI, Alberto. *Challenging Codes: Collective Action in the Information Age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

3 TARROW, Sidney. *Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

4 Sobre movimentos sociais e pós-colonialismo, ver: CHOUDRY, Aziz; MAJAVU, Mandisi; WOOD, Leslie “Struggles, Strategies and Analysis of Anticolonial and Postcolonial Social Movements”, *Interface*, Vol.5, Nº1, 2013, p.1-10. Sobre os demais temas, ver: JASPERS, James M. *The Art of Moral Protest: Culture, Biography and Creativity in Social Movements*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

5 SINGH, Rajendra. *Social Movements, Old and New: A Post-Modernist Critique*. Nova Delhi: Sage, 2001, cap.5.

6 BRINGEL, Breno. “A Busca por uma Nova Agenda de Pesquisa Sobre os Movimentos Sociais e o Confronto Político: Diálogos com Sidney Tarrow”, *Caderno CRH*, Vol. 10, no.18, 2011, p.51.

7 ESCOBAR, Arturo; ALVAREZ, Sonia. “Introduction: Theory and Protest in Latin America Today” In: ESCOBAR, Arturo; ALVAREZ, Sonia (orgs.). *The Making of Social Movements in Latin America: Identity, Strategy and Democracy*. Boulder: Westview, 1992; GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997, cap.7.

8 SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

jovem institucionalização das ciências sociais no continente, que alcançaram desenvolvimento mais robusto e capilarizado apenas na segunda metade do século XX, já no contexto pós-colonial<sup>9</sup>. Isso contribuiu para que, desde a consolidação dos estudos sobre o tema na academia ocidental, as ações coletivas passíveis de serem enxergadas como movimentos sociais acabassem interpretadas sob o foco de outros referenciais que, não raro, combinavam as posturas intelectuais e políticas de seus proponentes. Entre as décadas de 1960-70, o termo predominante era o de *resistência* que, em geral, reunia as mais variadas formas de contestação desde que apresentassem uma única característica crucial: o direcionamento de suas ações contra o sistema colonial e seus representantes<sup>10</sup>. A ele se apegaram muitos intelectuais africanos direta ou indiretamente ligados aos movimentos nacionalistas de libertação da mesma época, além de autores ocidentais inclinados à esquerda. A partir dos anos 1980 houve uma propensão para a incorporação dos movimentos sociais às análises da *sociedade civil*, conceito exaustivamente explorado pelos estudos africanos durante o período<sup>11</sup>. Aquele era um período em que o sistema internacional do desenvolvimento, capitaneado por grandes agências multilaterais como o Banco Mundial, o FMI e a ONU, vinha passando por mudanças relevantes em sua gramática fundacional<sup>12</sup>. A *participação* dos atores de base se somava à eficiência dos projetos de assistência como fator determinante para o fortalecimento de vibrantes sociedades civis locais nos países do sul global, inovação que, dentro do discurso da boa governança, era retratada como a panaceia para a tirania, a corrupção e outros problemas da administração pública<sup>13</sup>. A badalação em torno de temas como a boa governança incentivou muitos autores, parte deles entusiastas ou pertencentes às ONGs de dentro e fora do continente, a olharem para os conflitos sociais como uma espécie de “alavanca” para a construção da cidadania<sup>14</sup>.

Em 1985, contrariando essa tendência, um grupo de intelectuais africanos coordenado por Ernest Wamba-dia-Wamba e Mahmood Mamdani dirigiu ao *Council for the Development of Social Science in Africa* (CODESRIA) uma proposta de colaboração coletiva na forma de pesquisa em rede sobre o tema “*Movimentos Sociais, Transformação Social e a Luta por Democracia na África*”. Estudos de caso realizados em diferentes regiões foram levados pelos pesquisadores aos seus pares para uma discussão conjunta que se estendeu por alguns anos. Como o próprio título do projeto sugere, muitas transformações estavam em curso naquele momento. Após três décadas desde o início do processo de independência pelo qual passaram a maior parte dos países africanos, era agora a estrutura de poder

9 Um marco desse processo é a fundação do CODESRIA, em 1973.

10 VAN WALRAVEN, Klaas; ABBINK, Jon. “Rethinking Resistance in Africa: An Introduction” In: ABBINK, Jon; de BRUIJN, Inge; van WALRAVEN, Klaas (orgs.). *Rethinking Resistance: Violence and Revolt in African History*. Leiden: Brill, 2003, p.1-9. Cooper faz uma interessante distinção entre resistência como uma postura política possível de oposição ao regime colonial e Resistência (com R maiúsculo), conceito que ofusca a compreensão da história recente do continente ao absolutizar a luta por libertação, uma vez que ele “pode ser expandido tão amplamente que negue qualquer outro tipo de vida às pessoas que estão fazendo a resistência”. Cf. COOPER, Frederick. “Conflict and Connection: Rethinking African Colonial History”, *The American Historical Review*, Vol.99, N°5, 1994, p.1532.

11 MAMDANI, Mahmood. “A Critique of the State and Civil Society Paradigm in African Studies” In: MAMDANI, Mahmood; WAMBA-DIA-WAMBA, Ernest (orgs.). *African Studies in Social Movements and Democracy*. Dakar: CODESRIA, 1995, p.602.

12 MELLO, Fabrício Cardoso de. *Assimetria e Contestação: Uma Sociologia Pragmatista das Subjetividades Coletivas*. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017, cap.5.

13 ABRAHAMSEN, Rita. *Disciplining Democracy. Development Discourse and Good Governance in Africa*. Londres e Nova York: Zed Books, 2000; MOSSE, David. “Global Governance and the Ethnography of International Aid” In: MOSSE, David; LEWIS, David (orgs.). *The Aid Effect. Giving and Governing in International Development*. Londres e Ann Arbor, MI: Pluto Press, 2005.

14 Um balanço crítico sobre as vicissitudes da noção de sociedade civil na “imaginação política africana” pode ser encontrado em Comaroff e Comaroff e, mais recentemente e com referência direta ao estudo de movimentos sociais, em Eckert. Cf. COMAROFF, John L.; COMAROFF, Jean. “Introduction” In: COMAROFF, John L.; COMAROFF, Jean (orgs.). *Civil Society and the Political Imagination in Africa: Critical Perspectives*. Chicago: The University of Chicago Press, 1999; ECKERT, Andreas. “Social Movements in Africa” In: BERGER, Stefan; NEHRING, Holger (orgs.). *The History of Social Movements in Global Perspective*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2017.

---

---

construída pelos novos líderes nacionais (quase todos ex-combatentes anticoloniais) que estava sendo questionada. Importantes organismos internacionais ocidentais (como as três agências supracitadas, dentre outras), cujo auxílio financeiro e diplomático era indispensável para a manutenção da estabilidade dos jovens estados, pressionavam para a adoção de uma economia liberalizada, fora da esfera da coordenação governamental, na forma dos programas de ajuste estrutural. Pleiteavam também a implantação de eleições multipartidárias, que a princípio descentralizariam a distribuição de poder político, então retido pelos antigos movimentos de libertação convertidos em partidos únicos.

Contudo, a crítica à centralização dos regimes africanos não era proveniente apenas das organizações supracitadas. Movimentos populares, sindicatos, ONGs e associações políticas de diferentes matizes estavam se mobilizando por todo o continente em busca de uma maior margem de participação da sociedade nos diferentes sistemas políticos locais. Era sobre essa fonte de transformação social, quase sempre relegada ao segundo plano nas análises dos cientistas sociais em favor de um olhar restrito ao âmbito institucional internacional, que se estruturava o projeto coletivo acolhido pelo CODESRIA. O resultado foi a publicação do livro *African Studies in Social Movements and Democracy*<sup>15</sup>, onde os coordenadores e colaboradores identificavam uma preocupação exacerbada no debate em curso com os paradigmas da modernização e da dependência, duas correntes predominantes nos estudos africanos entre as décadas de 1950-70. De acordo com o grupo, as leituras realizadas por essas tradições concentravam-se sobremaneira no eixo político-econômico, deixando de fora relevantes movimentações ocorridas no plano social<sup>16</sup>.

Frente aos inúmeros trabalhos sobre a sociedade civil e as lutas de resistência, o grupo de Mamdani e Wamba-dia-Wamba foi fundamental para o acionamento da subexplorada linha de reflexão sobre as lutas sociais na região a partir da noção de *movimentos sociais*, um recurso que atualizava o debate com relação ao momento histórico então vivido e que abria novas possibilidades analíticas ao estudo das ações coletivas. No entanto, eles estavam cientes de que tal conceitualização carregava a marca das trajetórias históricas europeias e norte-americanas, o que indicava a necessidade de certa precaução em sua adaptação aos objetivos do projeto. Reunindo contribuições empíricas de Norte a Sul do continente, a proposta do grupo era interpretar o que os movimentos sociais significavam particularmente dentro do contexto social e político africano.

Essa tendência continuou em trabalhos mais recentes, que retomaram a contribuição de Mamdani e Wamba-dia-Wamba. Além de vários artigos espalhados por diversos periódicos, ao menos três publicações em forma de coletânea foram dedicadas ao tema desde 2009, todas adotando um escopo continental e reunindo reflexões teóricas a estudos de casos<sup>17</sup>. Duas delas, as organizadas por Stephen Ellis e Ineke van Kessel e por Miles Larmer, apresentam trabalhos participantes de duas conferências, ocorridas em Leiden (2008) e Paris (2010), respectivamente. Mais recentemente, Peter Dwyer e Leo Zeilig<sup>18</sup> publicaram um estudo de amplo alcance histórico e geográfico dentro dessas mesmas coordenadas. Somadas ao livro de 1995, essas publicações formam o tronco da literatura voltada ao aprofundamento e à sistematização das discussões

---

15 MAMDANI, Mahmood; WAMBA-DIA-WAMBA, Ernest (orgs.). *African Studies in Social Movements and Democracy*. Dakar: CODESRIA, 1995.

16 MAMDANI, *op.cit.*, p.1-2.

17 ELLIS, Stephen; van KESSEL, Ineke (orgs.). *Movers and Shakers: Social Movements in Africa*. Leiden: Brill, 2009; LARMER, Miles (org.). *Review of African Political Economy*, Vol. 37, Nº 125, 2010: Social Movement Struggles in Africa; ENGELS, Bettina; BRANDES, Nikolai (orgs.). *Wiener Zeitschrift für kritische Afrikastudien*, no. 20, 2011: Social Movements in Africa.

18 DWYER, Peter; ZEILIG, Leo. *African Struggles Today: Social Movements since Independence*. Chicago: Heymarket Books, 2012.

sobre os movimentos sociais na África, desde uma perspectiva mais ampla e englobante<sup>19</sup>.

Ao me engajar nesse diálogo, reconheço a importância da prudência que vem pautando os autores até agora. É indispensável dedicar um olhar atento às especificidades da maneira como os movimentos sociais se manifestam na África, sob pena da reprodução de um empobrecedor modelo analítico eurocêntrico, muito bem definido por Mamdani<sup>20</sup> como a *história por analogia* que muitas vezes povoa o imaginário africanista. Por outro lado, acredito que a mesma prudência segue impedindo uma definição mais satisfatória quanto à configuração específica desse tipo de ação coletiva no continente. Este problema está em duas vias distintas de interpretação encontradas na literatura. A orientação predominante nas propostas até o momento é o de uma dilatação um tanto aleatória do conceito de movimento social para abarcar ao máximo os contornos particulares dos casos apresentados pelos estudos empíricos. Desde uma postura mais radical, há também a defesa da renúncia total do conceito, devido à sua suposta incompatibilidade com o contexto africano. Embora questões relevantes tenham sido levantadas pelos dois pontos, penso ser possível avançar um pouco mais na precisão do termo para a compreensão das lutas sociais africanas.

### A generalização dos movimentos sociais

A introdução do livro de Mamdani e Wamba-dia-Wamba não somente resume o histórico do esforço intelectual coletivo junto ao CODESRIA, mas também oferece uma primeira definição sobre os movimentos sociais enquanto fenômenos políticos africanos. Em consonância com o direcionamento geral do projeto, seu principal ponto de referência é a oposição à marcante presença dos governos autocráticos. Ao fim e ao cabo, a proposta fundamental do coletivo “era uma ampla perspectiva sobre os movimentos sociais como a cristalização da atividade grupal autônoma do estado, sem sucumbir às distinções adicionais que quase se tornaram uma fixação entre os teóricos dos movimentos sociais ao redor do globo”<sup>21</sup>. Para manter o escopo suficientemente lato, era necessário focar-se “em todas as forças internas aptas a moldar o futuro [...] independentemente do estado”<sup>22</sup>, fossem elas populares ou elitistas, organizadas ou não organizadas, dedicadas às demandas materiais ou identitárias. Consequentemente, a validade da TNMS foi descartada devido à sua incompatibilidade para a análise dos variados tipos de mobilização de cariz redistributivo<sup>23</sup>. De acordo com a classificação, foram inclusos como movimentos sociais ações coletivas tão distintas como os

19 É importante notar que existem vários trabalhos sobre movimentos sociais voltados a estudos de casos em nível local por todo o continente. Sem dúvida, o contexto nacional que mais se destaca quantitativamente em termos de publicações é o sul-africano, que entre os anos de 2002 e 2012 contou com ao menos sete livros inteiramente voltados ao tema. Cf. DESAI, Ashwin. *We Are the Poors: Community Struggles in Post-Apartheid South Africa*. Nova York: Monthly Review Press, 2002; BALLARD, Richard; HABIB, Adam; VALODIA, Imraan (orgs.). *Voices of Protest: Social Movements in Post-Apartheid South Africa*. Pietermaritzburg: UKZN Press, 2006; GIBSON, Nigel C. (org.). *Challenging Hegemony: Social Movements and the Quest for a New Humanism in South Africa*. Trenton: Africa World Press, 2006; ROBINS, Steven L. *From Revolution to Rights in South Africa: Social Movements, NGOs and Popular Politics After Apartheid*. Londres: James Currey, 2008; BEINART, William; DAWSON, Marcelle (orgs.). *Popular Politics and Resistance Movements in South Africa*. Joanesburgo: Wits University Press, 2011; ZUERN, Elke. *The Politics of Necessity: Community Organizing and Democracy in South Africa*. Madison: University of Wisconsin Press, 2011; DAWSON, Marcelle; SINWELL, Luke (orgs.). *Contesting Transformation: Popular Resistance in Twenty-First Century South Africa*. Londres: Pluto Press, 2012.

20 MAMDANI, Mahmood. “A Critique of the State and Civil Society Paradigm in African Studies” In: MAMDANI & WAMBA-DIA-WAMBA, *op.cit.*, p.608.

21 MAMDANI, M. “Introduction” In: MAMDANI & WAMBA-DIA-WAMBA, *op.cit.*, p.7.

22 *Ibidem*, p.6.

23 *Ibidem*.

---

---

movimentos de mulheres na Nigéria<sup>24</sup>, as associações de poderosos burocratas e negociantes do mesmo país, conhecidas como a “Kaduna Mafia”<sup>25</sup>, as “Revoltas do Pão” de 1984 na Tunísia<sup>26</sup>, além das seculares associações de ajuda mútua entre trabalhadores migrantes da região da antiga Rodésia<sup>27</sup>.

É interessante contrastar essa visão com o texto de Mamdani presente no encerramento da coletânea<sup>28</sup>. Nele, livre de apresentar as assertivas acordadas conjuntamente pelos participantes do projeto (o que ficou sob sua incumbência na introdução), o autor sugere que nenhuma análise do contexto político africano pode abrir mão de enxergar a relação dialógica e conflituosa entre estado e sociedade, caso contrário cairá numa polarização infértil que apenas idealmente separa as duas dimensões. Não obstante, ao longo das passagens acima, vemos como o grupo acaba reproduzindo o viés sociocêntrico tão criticado pelo próprio Mamdani, porquanto envolve o plano estatal em uma espécie de cerca imaginária, isolando-o de sua relação com o social, onde são depositadas todas as expectativas sobre a emergência de mobilizações coletivas transformadoras. O subproduto é uma concepção totalizante da sociedade como um vasto terreno autônomo e aberto, de onde, literalmente, qualquer manifestação pode ser encarada como um movimento social.

As tentativas mais recentes de desenvolvimento do tema retomam o legado do projeto coordenado por Mamdani e Wamba-dia-Wamba, sem incidir na mesma autonomização equívoca da sociedade. Na realidade, vários pontos foram reavaliados ou inseridos no debate de forma a avançar no seu aprofundamento. Larmer<sup>29</sup>, por exemplo, sugere que a pesquisa deve se valer de um olhar multidimensional, atento ao fato de que os movimentos sociais influenciam e são influenciados pelos ambientes sociais, políticos e econômicos. Por sua vez, Ellis e van Kessel<sup>30</sup> afirmam que nem sempre as campanhas dos movimentos africanos são dirigidas contra o estado, conclusão a que chegam ao observarem que muitos deles buscam apoio de governos do Ocidente para legitimarem internacionalmente suas demandas. Uma reflexão similar já havia sido realizada por um grupo de pesquisadores da Universidade de KwaZulu-Natal, África do Sul, com relação ao seu contexto nacional. Ao analisarem o padrão de mobilização do *Treatment Action Campaign* (TAC), movimento que luta por acessibilidade ao tratamento do HIV, e atentarem para a sua aproximação ao governo sul-africano na intenção de elaborar conjuntamente programas de auxílio à população soro-positiva, Ballard e seus colaboradores propuseram que o comportamento dos movimentos sociais varia dentro de um *continuum* entre plena integração e total oposição ao governo, mas que raramente eles se estabelecem de fato em qualquer um dos dois campos<sup>31</sup>.

O mesmo grupo de autores renovou a preocupação já presente no debate da década de 1990 quanto à adoção do paradigma da TNMS para o estudo dos casos africanos. Eles negam a existência de uma oposição entre demandas materiais e pós-materiais ao afirmarem

---

24 AMADIUME, Ifi. “Gender, Political Systems and Social Movements: A West African Experience” In: MAMDANI & WAMBA-DIA-WAMBA, *op.cit.*

25 OLUKOSHI, Adebayo A. “Bourgeois Social Movements and the Struggle for Democracy in Nigeria: An Inquiry into the “Kaduna Mafia”” In: MAMDANI & WAMBA-DIA-WAMBA, *op.cit.*

26 ZGHAL, Abdelkader. “The “Bread Riot” and the Crisis of the One-Party System in Tunisia” In: MAMDANI & WAMBA-DIA-WAMBA, *op.cit.*

27 MASUKO, Louis. “The Zimbabwean Burial Societies” In: MAMDANI & WAMBA-DIA-WAMBA, *op.cit.*

28 MAMDANI, M. “A Critique of the State and Civil Society Paradigm in African Studies” In: MAMDANI & WAMBA-DIA-WAMBA, *op.cit.*

29 LARMER, Miles. “Editorial: Social Movement Struggles in Africa”, *Review of African Political Economy*, Vol. 37, Nº125, p.252.

30 ELLIS, Stephen, van KESSEL, Ineke. “Introduction: African Social Movements and Social Movements in Africa” In: ELLIS & KESSEL, *op.cit.*, p.9-10.

31 BALLARD, Richard; HABIB, Adam; VALODIA, Imraan. “Conclusion: Making Sense of Post-Apartheid South Africa’s Voices of Protest” In: BALLARD, HABIB & VALODIA, *op.cit.*, p.405.

que em seu país os movimentos tidos como identitários “são motivados por uma intrincada mistura de identidade com pressões redistributivas [...] e que] não há razão para acreditar que isso seja um fenômeno particularmente sul-africano”<sup>32</sup>. Além disso, no caso da África, não seria apropriado pensar numa sucessão histórica de protestos se movendo da arena da produção para a arena do consumo, já que os movimentos operários continuam como importantes atores políticos de Norte a Sul<sup>33</sup>. Relembrando o impacto devastador do neoliberalismo sobre as condições de vida das populações africanas nas últimas décadas, Larmer<sup>34</sup> indica uma conexão entre a privação material e a expressão moral do protesto ao afirmar que as “lutas por circunstâncias materiais continuam centrais à criação e renovação dos movimentos sociais no continente [mas que estes], contudo, articulam seu descontentamento em termos morais”.

A identificação do fenômeno com os processos de democratização ocorridos a partir dos anos 1980 foi questionada por alguns autores, que propuseram substituí-la por uma periodização com olhar mais profundo dirigido ao plano temporal. Essa foi a opção de Larmer<sup>35</sup>, que introduziu uma narrativa histórica em quatro momentos: a atividade dos movimentos sociais teria se iniciado na África com as campanhas populares por libertação colonial nas décadas de 1950-60, passado por um período de supressão e cooptação no pós-independência, reascendido seu vigor paulatinamente entre 1975-89 (como resultado da crise econômica e do enfraquecimento dos estados africanos) e, finalmente, chegado à fase dos movimentos pró-democracia, dos anos 1990 até os dias de hoje. Posteriormente, Brandes e Engels<sup>36</sup> reavaliaram o resultado de seu trabalho, oferecendo uma alternativa com algumas diferenças de conteúdo. Mantendo a quantidade de períodos, os autores propuseram que o primeiro teria sido composto pelas lutas de libertação contra a dominação colonial (sem a especificação de um marco inicial), seguido de outro marcado pela repressão pós-independência que, por sua vez, deu lugar à campanha por democracia em fins da década de 1980. Da metade dos anos 1990 até os dias atuais, os movimentos sociais estariam sendo progressivamente cooptados por agências de desenvolvimento e doadores internacionais, em um contexto global de retração do estado.

Mesmo que indiretamente, ambas as periodizações retomam o legado de Immanuel Wallerstein (rejeitado pelo projeto do CODESRIA), que durante os anos 1960 caracterizou a campanha pan-africana por união continental como um “movimento social contemporâneo”, e que consagrou o estudo das lutas por libertação como *movimentos sociais antisistêmicos*, numa abordagem apoiada sobre a sua versão *longue durée* da teoria da dependência<sup>37</sup>. O grande mérito desse resgate é a reintrodução de uma perspectiva histórica no debate em curso, que torna mais complexo o cenário da mobilização política africana ao buscar suas origens em um momento muito anterior à década de 1980. A periodização realizada por Brandes e Engels se destaca nesse sentido, pois abarca desde a formação das primeiras associações políticas nativas, na passagem do século XIX para o XX, até a transnacionalização dos movimentos sociais africanos nas duas últimas décadas.

Esse último tema merece um pouco mais de atenção, uma vez que vem ganhando espaço crescente na literatura. Cada vez mais as investigações se deparam com uma

32 *Ibidem*, p.410.

33 *Ibidem*, p.410-412; HABIB, Adam & OPOKU-MENSAH, Paul. “Speaking to Global Debates through a National and Continental Lens: South African and African Social Movements in Comparative Perspective” In: ELLIS & van KESSEL, *op.cit.*, p.57-59.

34 LARMER, *op.cit.*, p.258-259.

35 *Ibidem*, p.254-256.

36 BRANDES & ENGELS, *op.cit.*, p.5-6.

37 WALLERSTEIN, Immanuel. *África. The Politics of Unity: An Analysis of a Contemporary Social Movement*. Londres: Pall Mall Press, 1967; ARRIGHI, Giovanni; HOPKINS, Terrence; WALLERSTEIN, Immanuel. *Anti-Systemic Social Movements*. Londres: Verso, (1989) 2012.

---

complexa teia de conexões globais estabelecidas entre militantes africanos e a mais variada gama de parceiros internacionais, desde governos até outros movimentos sociais. Sem dúvida, o tema que mais intriga os pesquisadores é a relação entre o ativismo local e a lógica de apoio financeiro e político estabelecida por agências doadoras e ONGs externas.

Duas tendências diferentes despontam sobre esse tipo de cooperação. A primeira ressalta uma benfazeja dinâmica multilateral de intercâmbio material e simbólico em que prevalece a agência coletiva dos movimentos africanos, o que lhes possibilita catalisar seu potencial de luta local com a aquisição de recursos internacionais. O trabalho de Gberie<sup>38</sup>, sobre a atuação decisiva de uma “sociedade civil internacional” no sucesso da campanha contra os chamados diamantes de sangue em três países (Serra Leoa, Angola e Congo-Kinshasa), representa bem a perspectiva. O segundo olhar repousa sobre sua contraface, ao explorar a existência de uma relação de dependência na qual os atores internacionais desfrutam de uma tirânica ingerência sobre seus parceiros africanos. Tal concepção está presente na denúncia que Mngxitama<sup>39</sup> realiza sobre a pressão exercida pelas ONGs rurais sul-africanas sobre os movimentos de base aos quais prestavam assistência, no intuito de forçarem um padrão de mobilização menos rupturista, assim agradando as agências doadoras internacionais de quem dependiam. Diversos autores sugeriram uma abordagem conciliatória, na tentativa de mitigar a oposição dos dois pontos de vista.

Os avanços listados acima (sensibilidade multidimensional aos campos político, social e econômico; integração dos eixos material/identitário; proposta de uma perspectiva histórica; diagnóstico de um intenso fluxo transnacional) certamente elevaram a discussão a outro patamar. Em cada um deles é possível encontrar a presença, ainda que difusa, de diferentes contribuições das teorias dos movimentos sociais (principalmente em sua fase sincrética), sem a reprodução de uma mirada canônica sobre o tema. Entretanto, isso não invalida o diagnóstico apresentado no início do trabalho. Os autores que se engajaram na proposta estabelecida pelo livro de Mamdani e Wamba-dia-Wamba acabaram reforçando sua vaga definição de movimentos sociais ao se omitirem a delimitar o escopo de análise de forma mais precisa. A seguinte passagem, presente na abertura da introdução da coletânea organizada por Ellis e van Kessel, ilustra bem esse ponto:

Nós, deliberadamente, evitamos iniciar com uma definição de movimento social retirada da literatura existente, em grande parte baseada em estudos da Europa, América do Norte e América Latina<sup>40</sup>, pois isso envolveria o risco de excluir movimentos na África que podem assumir formas diferentes. [...] Seria melhor, nós pensamos, reunir primeiro estudos de alguns movimentos africanos que possam ser concebidos como movimentos sociais e, só assim, compará-los com a literatura existente<sup>41</sup>.

Essa opção levou a encarar os mais variados tipos de ação coletiva como movimentos sociais, reproduzindo o procedimento adotado pelo grupo do CODESRIA:

---

38 GBERIE, Lansana. “African Civil Society, “Blood Diamonds” and the Kimberley Process” In: ELLIS & van KESSEL, *op. cit.*

39 MNGXITAMA, Andile. “National Land Committe, 1994-2004: A Critical Insider’s Perspective” In: GIBSON, *op. cit.*

40 Sendo um pesquisador brasileiro, é curioso notar como ultimamente certos autores africanistas estão alinhando os estudos realizados na América Latina àqueles da Europa e Estados Unidos como exemplo de um “paradigma ocidental” da mobilização social. O trabalho de Flórez-Flórez denuncia como essa perspectiva é equivocada e convida a pensar na pertinência de um esforço comparativo sobre os movimentos sociais do sul global. Cf. FLÓREZ-FLÓREZ, Juliana. “Aportes Postcoloniales (Latinoamericanos) al Estudio de los Movimientos Sociales”, *Tabula Rasa*, Nº03, 2005, p.73-96.

41 ELLIS, S. & van KESSEL, I. “Introduction: African Social Movements and Social Movements in Africa” In: ELLIS & van KESSEL, *op. cit.*, p.1-2.

[...] não há consenso quanto em que consiste um 'movimento social', e nenhuma [solução] é oferecida aqui. Organizações Não-Governamentais (ONGs), organizações da sociedade civil, movimentos sociais auto-definidos, greves e revoltas, a multidão e a turba – todos possuem características da práxis do movimento social e todos serão considerados, junto ao seu engajamento a partidos políticos, agências internacionais e outras agências societais, em análises críticas do papel das forças sociais populares nas sociedades africanas<sup>42</sup>.

É compreensível que os autores tenham assumido essa precaução metodológica para não arriscar negligenciar as especificidades dos movimentos africanos, em particular aqueles listados pelos estudos de caso apresentados por suas coletâneas. O exercício de comparação sistemática dos estudos empíricos desses fenômenos é indispensável para o aprofundamento do conhecimento da dinâmica política no continente, e de forma alguma esgotou sua contribuição. O problema dos trabalhos acima discutidos é que associam essa opção à submissão do conceito de movimentos sociais a uma lógica meramente adicional, em que sua adequação aos contextos estudados é tão maior quanto mais casos empíricos forem por ele abarcados. Esse procedimento esvazia o potencial analítico do conceito na medida em que banaliza

Por fim, encontramos o mesmo alcance amplíssimo nas propostas de Peter Dwyer e Leo Zeilig em seu livro conjunto, *African Struggles Today*<sup>43</sup>. Assim como nas ocasiões acima, no livro estão virtudes e fraquezas. Entre seus pontos fortes, talvez o que mereça maior destaque é o compromisso em se pensar os movimentos sociais como composições internamente contraditórias, compreendendo tendências por vezes apenas parcialmente alinhadas, uma proposta que ecoa algumas das teses centrais de autores como Melucci e Gramsci (este trabalhando a ideia especificamente com relação às mobilizações de classe). A observação trazida por Dwyer e Zeilig tem valor especialmente por inaugurar essa linha de reflexão no debate sobre movimentos africanos que, como implicitamente já se verifica no exposto acima e explicitamente será assinalado adiante, é pouco afeito a desdobramentos analíticos que visem pensar as mobilizações em suas dinâmicas variadas. A concatenação imediata de propriedades como, por exemplo, identidade e solidariedade internas é posta em suspenso por tal asserção, que nos convida a verificarmos como isso ocorre sempre a mercê de variações interativas e conjunturais. Não obstante, essa inclinação heurística é limitada e não impede que os dois autores abracem também uma definição generalista para o conceito de movimento social, que em sua visão corresponde a projetos de transformação social que unem, ainda que contraditoriamente, a classe trabalhadora a outros setores subalternos da sociedade em oposição às elites<sup>44</sup>. O problema aqui não é a inclusão da classe como fator incontornável ao estudo das contestações na África, uma avaliação acertada, mas a inflação sobre ela gerada, que a alça como matriz de todas as experiências que possam ser acompanhadas desde a referência a movimentos sociais. Uma especificação que, contudo, guarda dilatadas proporções. Ao elegerem tal definição, Dwyer e Zeilig estão dizendo que encontraremos movimentos sociais sempre que haja iniciativas coletivas advindas das classes populares em contestação à hegemonia política e econômica de grupos que articulam suas posições estruturalmente privilegiadas tanto na esfera da produção quanto na coordenação política das sociedades africanas. Dessa forma, os autores entendem que são esforços organizados e conscientes que geram mudanças históricas significativas, mas, no que entendem ser a melhor forma de lidar com as contradições das formações coletivas, colocam sob a mesma rubrica de "movimento social" experiências amorfas e temporárias de ação. Ao fim e ao cabo, reproduzem a lógica do livro de 1995, embora substituam a

42 LARMER, *op. cit.*, p.252.

43 DWYER & ZEILIG, *op. cit.*

44 *Ibidem*, p.18-28.

---

---

simples oposição ao estado com uma leitura de classe sobre a formação de elites nacionais.

### A impossibilidade do político

Uma segunda vertente interpretativa segue um rumo diferente: o da negação da validade do conceito de movimento social para a análise do político na África. Um autor que vem ocupando a dianteira dessa proposta é sociólogo moçambicano Elísio Macamo, que a esposa em seu artigo no volume da *Wiener Zeitschrift für kritische Afrikastudien* organizado por Nikolai Brandes e Bettina Engels<sup>45</sup>, e posteriormente em sua participação em uma antologia de textos sobre o tema “modernidade e contestação”, organizada por Breno Bringel e José Maurício Domingues<sup>46</sup> (Macamo, 2015). Aqui, a prerrogativa das especificidades da trajetória histórica africana se repete. A ideia de movimentos sociais, segundo a visão do autor, estaria demasiadamente associada à experiência política da Europa, e por isso “parece inadequada ao estudo da contestação em cenários africanos”, pois sua adoção poderia “distorcer, ao invés de representar efetivamente a realidade política”<sup>47</sup>.

A desconfiança se volta ao “programa de pesquisa” sobre os movimentos sociais, tal como ele se constituiu entre os teóricos ocidentais. A transposição de seu aparato conceitual a estudos de casos africanos traria consigo três deficiências<sup>48</sup> (idem, pp. 49-52): um olhar teleológico da parte do pesquisador, “capaz de confundir suas premissas teóricas com a realidade empírica”<sup>49</sup> (idem, p. 49); uma leitura histórica eurocêntrica que, tomando a trajetória dos movimentos sociais na Europa como referência, resumiria as lutas sociais africanas a falhas e ausências e, por fim, uma subdeterminação intrínseca ao conceito de movimento social presente em seu arcabouço teórico clássico. A solução encontrada por Macamo é substituir essa abordagem por outra que não repita os equívocos identificados. Ele encontra essa alternativa na filosofia política de Michael Walzer, especialmente em seu conceito de crítica social, entendido como um argumento moral expresso pelo indivíduo no intuito de externalizar suas concepções e interpretações da ordem social. Tal recurso assenta-se sobre uma noção de comunidade moral formada pelo debate, que serve como referência fundamental para o engajamento em atividades críticas dos indivíduos que dela fazem parte. Para compreender o papel do protesto na África, seria preciso encontrar as condições de emergência da crítica social, pois é a partir delas que as contestações se transformam em protesto<sup>50</sup>. Em certo ângulo, sou simpático à proposta de Macamo, tendo inclusive, eu próprio, lançado mão do conceito de crítica social enquanto uma manifestação específica da *hermenêutica social*, exercício prático cuja análise defendi ser indispensável para a compreensão da subjetividade dos movimentos sociais, a despeito, é verdade, dele não receber atenção em profundidade merecida pelas leituras clássicas do gênero<sup>51</sup>. Destarte, a entrada escolhida pelo autor para sua crítica é bastante relevante, pois põe em tela a reflexividade dos grupos contestatórios em delinear, eles próprios, os contornos de sua mobilização mediante interações com

---

45 MACAMO, Elísio. “Social Criticism and Contestation: Reflection on the Politics of Anger and Outrage” In: *Wiener Zeitschrift für kritische Afrikastudien*, N°20, 2011, p.45-68.

46 Idem. “Global Modernity, Social Criticism and the Local Intelligibility of Contestation in Mozambique” In: BRINGEL, Breno M.; DOMINGUES, José Maurício (orgs.). *Global Modernity and Social Contestation*. Londres e Nova Delhi: Sage, 2015.

47 MACAMO, “Social Criticism and Contestation: Reflection on the Politics of Anger and Outrage”, p.46-47.

48 *Ibidem*, p.49-52.

49 *Ibidem*, p.49.

50 *Ibidem*, p.55.

51 MELLO, *op.cit.*

outros agentes. Macamo trabalha bem essa linha de raciocínio especificamente na seção mais empírica de seu capítulo na antologia coletiva de 2015<sup>52</sup>. Tal caminho, centrado nas capacidades para ação dos próprios atores, é interessante justamente por possibilitar o acompanhamento não enviesado do desenvolvimento da contestação em sociedades africanas e, dessa forma, observar os desdobramentos particulares que tal fenômeno lá assume.

O problema, contudo, está em certos desdobramentos de como a ideia de crítica social é trabalhada pelo autor, uma vez que seu potencial transformador se manifestaria apenas em circunstâncias muito específicas e escassas no mundo político do continente. Para Macamo, o protesto só é gerado enquanto instrumento com significado político quando a crítica social parte de contextos de cidadania, pautados pela relação de direitos entre o cidadão e um estado legitimado. Assim sendo, seria preciso lembrar a construção histórica dos estados africanos, que:

[...] falharam em traduzir a independência – lutada em nome da cidadania – na constituição de espaços políticos dentro dos quais os indivíduos africanos pudessem reinventar a si mesmos como cidadãos, através da participação no debate moral constitutivo de suas sociedades. O programa normativo imbuído na noção de movimentos social assume a existência desse espaço político e interpreta automaticamente qualquer ato de contestação como protesto (político) [... mas a] *contestação em condições de sujeição não se presta ao estudo analiticamente e teoricamente relevante da ação de protesto*<sup>53</sup>. (ênfase minha)

A ausência de cidadania, que persistira mesmo após a adoção em escala continental de eleições multipartidárias durante a década de 1990, não permitiria que os protestos expressassem nada além dos sentimentos de ira e ultraje, manifestações de descontentamento sem validade política. Esse é o diagnóstico apresentado pelo autor no artigo de 2011 sobre a manifestação popular em Moçambique ocorrida nos dois primeiros dias de Setembro do ano anterior, após o aumento nos preços dos combustíveis e do pão. Os manifestantes, que tomaram as ruas da capital Maputo, não eram ligados a nenhuma organização política, e nem foram coordenados por qualquer liderança evidente. A convocação para o evento partiu de mensagens de celular enviadas aleatoriamente e sem identificação. O protesto cessou após o violento choque com as forças policiais, sem articular propostas objetivas, a despeito do patente descontentamento com o aumento do custo de vida. A participação do governo foi meramente repressiva, e nenhum avanço institucional foi realizado no sentido da absorção das demandas populares. A falta de um espaço público com vias de acesso ao estado (onde a sociedade pudesse debater e formular demandas) resumiria esse protesto a inócuas expressões de ira e ultraje, que em sua visão estão fora do alcance da esfera de debates sobre movimentos sociais justamente por esta situar-se no âmbito da proceduralidade democrática<sup>54</sup>. Com isso em mente, fica mais clara a natureza da tese geral de Macamo. Ele questiona a possibilidade de existência de movimentos sociais na África porque estes só existiriam em sistemas de democracia liberal bem constituída. De tal sorte, adota uma concepção essencialmente formal da política, em que mobilizações fora de um quadro institucional plenamente democrático e participativo não possuem potencial de mudança. A acusação de historicismo ao conceito, que nutre sua posição cética quanto a ele, persiste em seu texto de 2015<sup>55</sup>. Nessas reflexões encontramos uma lógica diametralmente oposta à dos autores acima discutidos: se antes lidávamos com a extensão desmesurada do raio de ação dos movimentos sociais, agora nos deparamos com seu excessivo estreitamento.

52 MACAMO, "Global Modernity, Social Criticism and the Local Intelligibility of Contestation in Mozambique", p.145-152.

53 *Idem*. "Social Criticism and Contestation: Reflection on the Politics of Anger and Outrage", p.57.

54 *Ibidem*, p.55-60.

55 *Idem*. "Global Modernity, Social Criticism and the Local Intelligibility of Contestation in Mozambique", p.140-143.

No instante em que enxerga a particularidade que se interpõe à existência de movimentos sociais naquele território como sendo a promessa democrática não cumprida pelas forças de libertação africanas, Macamo obscurece a observação de uma miríade de grupos espalhados por todo o continente que se identificam, estruturam-se e comportam-se como movimentos sociais, em ambientes políticos similares aos descritos por ele. Ignora, aliás, movimentos sociais que militam justamente para a ampliação da democracia em seus países, como relata Dulani<sup>56</sup> com relação ao Malawi, Zâmbia, Namíbia e Uganda contemporâneos. Conquanto estejam associados, os fenômenos da democracia (e da democratização) e da emergência de movimentos sociais não são necessariamente consubstanciais<sup>57</sup>. Também não parece apropriado despir de relevância formas espontâneas de protesto, como o ocorrido em Moçambique. A configuração das ações coletivas é contingente e relacional, e um padrão de mobilização pode influenciar direta ou indiretamente o nascimento, o reforço ou o desaparecimento de outro. Multidões e manifestações de massa são expressões efêmeras de descontentamento que podem contribuir, de acordo com a contingência das relações sociais, para o surgimento de organizações e campanhas de denso significado político<sup>58</sup>, se é que já não exprimem a existência de uma “zona cinza” e porosa entre os âmbitos institucionais e não institucionais de dada sociedade<sup>59</sup>.

O escopo geral das reflexões de Macamo é ecoado por texto de Johanna Siméant<sup>60</sup>, onde a mesma proposta da impossibilidade se encontra. O argumento segue rumo semelhante: a literatura sobre movimentos sociais estaria comprometida por ter retirado suas principais propostas conceituais de casos empíricos presentes na trajetória histórica europeia e ocidental e, por isso, sua validade para a interpretação de casos africanos seria consideravelmente reduzida, se não inexistente. Para Siméant<sup>61</sup>, haveria uma tendência em se incorporar a noção de movimento social nos debates sobre a África como designando “[...] um ator central da luta por definição de historicidade de uma sociedade [...]”, o que reproduziria a dimensão prospectiva da tese tourainiana. Em seu artigo, a teleologia inerente a tal procedimento é creditada a arbitrárias tentativas de “importar” e “transportar” o conceito desde seu contexto original (a Europa e os Estados Unidos) para a África, onde ele se mostraria uma construção artificial e, portanto, danosa ao satisfatório tratamento sobre as dinâmicas próprias do continente.

As duas propostas deixam de lado a existência de uma crítica imanente às teorias dos movimentos sociais que incide sobre o enviesamento racionalista e estratégico de parte de suas tradições. Nele, encontramos uma forte ênfase nas dimensões subjetivas da moral e das emoções do protesto<sup>62</sup>. Essas contribuições específicas de Macamo são válidas no momento que denunciam um olhar teleológico que de fato pode comprometer a compreensão do fenômeno em questão, atribuindo-lhe um padrão normativo que diz respeito somente ao seu desenvolvimento na Europa e nos Estados Unidos. Contudo, é importante atentarmos para a existência, no próprio arcabouço teórico que o autor critica, de propostas conscientes desse perigo e que visam justamente desviar do caminho determinista de um “evolucionismo

56 DULANI, Boniface. “Democracy Movements as Bulwarks Against Presidential Usurpation of Power: Lessons from Third-Term Bids in Malawi, Namibia, Uganda and Zambia” In: *Wiener Zeitschrift für kritische Afrikastudien*, Nº20, 2011 p.115-139.

57 TILLY, Charles. *Social Movements, 1768-2004*. Boulder: Paradigm, 2004, p.56.

58 BLUMER, Herbert. “Collective Behavior” In: PARK, Robert Ezra (org.). *An Outline of the Principles of Sociology*. Nova York: Barnes & Noble, 1939, p.255-272.

59 AUYERO, Javier. *Routine Politics and Violence in Argentina: The Grey Zone of State Power*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

60 SIMÉANT, Johanna. “Protester/Mobiliser/Ne pas Consentir: Sur Quelques Avatars de la Sociologie des Mobilisations Appliquée au Continent Africain”, *Revue Internationale de Politique Comparée*, Vol.20, Nº2, 2013, p.125-143.

61 *Ibidem*, p.130.

62 JASPERS, *op.cit.*

da ação coletiva”, afirmando a pluralidade de temporalidades envolvidas no nascimento, disseminação e declínio dos movimentos sociais<sup>63</sup>, bem como a legitimidade e a relevância de grande variedade de formas de protesto que destoam dos padrões organizativos de tal ação coletiva<sup>64</sup>. Para além disso, nem mesmo consideram outra alternativa de parêntese relevância, qual seja, um diálogo crítico com a literatura consagrada sobre os movimentos sociais, que exponha seus limites e indique pressupostos questionáveis sem, contudo, abrir mão de todas as contribuições ao estudo das lutas políticas. Ao enveredar por esse rumo, o pesquisador pode contrapor elementos dessa tradição a estudos empíricos sistemáticos a partir das experiências do político na África, assim como se apoiar em corpos teóricos de outras áreas (como dos estudos de gênero, pós-coloniais e do desenvolvimento, ou de outras disciplinas, como a sociologia, a antropologia, a história, etc.) e, de ambas as formas, reelaborar criativamente algumas de suas propostas originais de maneira a torná-la mais aberta às experiências históricas fora de coordenadas ocidentais. Um empreendimento com essa natureza se destaca por se posicionar em uma mediação crítica entre diferentes posturas teórico-metodológicas: o estudo de caso desde variantes estratégias de pesquisa (etnografia, análise documental, etc.), as contribuições de médio alcance das teorias dos movimentos sociais e também as asserções com maior generalidade e abstração de distintos corpos teóricos potencialmente pertinentes ao tipo de reflexão almejada.

### Considerações finais: além da generalização e da impossibilidade

Acima foram apresentados dois padrões argumentativos que se destacam na recente produção que visa pensar os conflitos políticos e mobilizações na África a partir do conceito de movimentos sociais, o que foi feito de maneira a reconhecer os aportes enriquecedores trazidos, mas com um enfoque crítico sobre as limitações que os marcam. Nesta reflexão final tenta-se indicar minimamente uma saída para tais problemas. Contudo, convém esclarecer que a ambição da proposta limita-se ao estágio em que o debate apresentado se encontra. Isso significa que, no lugar de uma assertiva acabada e supostamente definitiva para a significação do termo “movimento social” em contexto africano, o que se põe em alça de mira é o reposicionamento do debate no ponto de partida de outro caminho, potencialmente mais promissor, ao menos desde a perspectiva deste autor. Um primeiro passo em tal direção é a identificação do que se considera um equívoco metodológico compartilhado, curiosamente, pelas duas vertentes assinaladas.

Os autores que produzem a generalização excessiva do termo “movimento social”, assim como aqueles que se esforçam por bani-lo do léxico dos estudos sobre lutas sociais na África, se fiam em uma mesma visão que o assume como objeto concreto e específico, ocupando papéis particulares no fluxo da história. Ou seja, nos dois casos os movimentos sociais são encarados como agentes empíricos. Ficaria então ao cargo do pesquisador identificar os traços básicos desta realidade que está “lá fora”, o que, mesmo não intencionalmente, acaba por criar listas de características que devem ser buscadas para uma supostamente adequada classificação do fenômeno. A abordagem generalista e a da impossibilidade abraçam esse mesmo princípio de maneiras diferentes. A primeira delas parece interpretar que os

63 McADAM, Doug; SEWELL Jr., William. “It’s About Time: Temporality in the Study of Social Movements and Revolutions” In: AMINZADE, Ronald R.; GOLDSTONE, Jack A.; McADAM, Doug; PERRY, Elizabeth J.; SEWELL Jr., William; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Silence and Voice in the Study of Contentious Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

64 McADAM, Doug.; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Dynamics of Contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

---

---

movimentos sociais são um dado corrente da vida política contemporânea em todo globo, e que para apreender sua manifestação no continente africano basta identificar um punhado de características específicas a tais coordenadas que presumidamente influenciariam em seu desenvolvimento local. A principal distinção dentro deste grupo de autores é que alguns consideram já ter encontrado tais elementos (para os contribuidores ao livro coordenado por Mamdani e Wamba-dia-Wamba, movimentos sociais *são* aquelas forças coletivas que se opõem à centralização do estado no pós-independência, já para Dwyer e Zeilig *são* empreendimentos através dos quais as classes populares, subalternas, dirigem sua agência politicamente no sentido de contestar forças hegemônicas), enquanto outros pensam ser mais prudente manter o enfoque generalista até que estes possam ser delimitados (como no texto de Brandes e Engels e no de Larmer). Já Macamo e Siméant entendem que os movimentos sociais são um elemento da história política da Europa e dos Estados Unidos, demasiadamente associados à construção do regime democrático liberal em tais regiões para sua lógica poder ser pertinente ao estudo das sociedades africanas. Em outras palavras, para eles os movimentos sociais são entes concretos cujo desenvolvimento foi tributário das especificidades do desenrolar histórico do ocidente, e por conta dessa circunscrição histórica e geográfica não faria sentido tentar transpor os aparatos conceituais elaborados para sua compreensão a outros meios.

Ora, o problema desse tipo de interpretação é que ela termina por ficar presa em um plano descritivo da reflexão, que não logra em decompor analiticamente processos em menores e semidependentes unidades que possibilitem uma apreciação em profundidade sobre os diferentes padrões causais que interagem para a emergência, reprodução e contestação dos fenômenos sociais de médio e grande porte. Pelo contrário, a limitação à descrição empírica impede que o pesquisador atente à multiplicidade de dinâmicas que estão em jogo quando, em nosso caso, mobilizações políticas se organizam, pois, em detrimento delas, ele se concentra em suas características imediatamente aparentes e as assume como correspondentes ao total do fenômeno. De tal sorte, movimentos sociais passam a serem vistos como “coisas”, objetos observáveis a olho nu que se encontram inseridos em contextos sociais, econômicos e políticos particulares o que, portanto, impede (ou, ao menos, dificulta sobremaneira) sua transcendência a outros planos de reflexão. Mas, de que maneira é possível abandonar essa postura? Uma das formas (e aquela que encontra maior amparo em tendências já existentes na literatura sobre movimentos sociais) é encarar a ideia de “movimento social” justamente como uma ideia, isto é, como uma construção analítica presente especificamente no pensamento do pesquisador e de seus pares. Com essa visão, passamos a tratar o movimento social como uma ferramenta heurística, e não como uma realidade empírica que se manifesta em tal ou qual cenário. A importância desse gesto está no convite a se pensar nos movimentos sociais como processos de mobilização que se desenvolvem a partir da interação de uma série de outros microprocessos que entram ou não em operação a partir do jogo entre a agência dos atores envolvidos e as estruturas sociais que sobre eles incide. Ao invés de se colocar o movimento como um ator em si, ele passa a ser visto como, literalmente, a movimentação produzida pela ação dos atores para a contestação das condições que consideram injustas e incorretas em determinado meio e, como esse deslocamento não é observável diretamente resta ao pesquisador a elaboração de aparatos conceituais e metodológicos para sua apreciação.

Como já mencionado, esse direcionamento não é inovador em si, uma vez que há longa data consta como um compromisso entre diferentes vertentes da literatura sobre movimentos sociais. Desde sua *sociologia acionalista*, Touraine<sup>65</sup> buscou combater um “naturalismo sociológico” que reduziria os movimentos sociais e históricos a suas características mais facilmente observáveis. Charles Tilly, já em um de seus primeiros trabalhos

---

65 TOURAINE, Alain. *Sociologie de l'Action*. Paris: Seuil, 1965, p.465-473.

teóricos sobre o tema<sup>66</sup>, apresentou um modelo explicativo sobre a formação e a manutenção de mobilizações políticas marcado por um esforço analítico, algo que lhe permaneceu caro ao longo das décadas até a renovação de seu pensamento através do projeto coletivo da política do confronto, cujo núcleo propositivo formado pela articulação entre mecanismos e processos de contestação deixa explícito esse raciocínio. Mais recentemente, temos visto autores de uma nova geração renovando a tendência heurística em seus trabalhos<sup>67</sup>. Tudo isso não obstante, vale ressaltar que nem sempre tais autores cumpriram a fio a proposta; é muito bem sabido que na obra de Touraine toda a discussão sobre movimentos sociais está associada à sua leitura histórica sobre a sociedade pós-industrial e que os contornos desta definiriam em última instância o conteúdo das lutas sociais contemporâneas, já Tilly<sup>68</sup>, por seu turno, apresentou a tese de que esses fenômenos possuem clara origem na solidificação da estrutura do estado moderno. A popularidade desse argumento, aliás, parece estar na origem da leitura da impossibilidade apresentada acima. Nessas assertivas encontramos a identificação sub-reptícia entre movimentos sociais e entidades históricas concretas: no primeiro caso, eles são aqueles atores coletivos que se mobilizam em torno das chamadas questões pós-materiais que caracterizariam as subjetividades contemporâneas, no segundo são aqueles grupos que se organizam dentro do sistema político moderno e em diálogo direto (mais ou menos conflituoso) com suas instituições, com vistas a tomá-las ou alargá-las em favor de sua própria inclusão.

Mesmo com tais deslizos, a abordagem heurística permanece como uma trilha promissora para a pesquisa sobre a contestação e os movimentos sociais e por isso deve ser incorporada às correntes discussões sobre mobilizações políticas na África. De certo modo, essa proposta conflui àquela última apresentada na seção anterior do artigo, porquanto indica a potencialidade de um engajamento crítico daqueles interessados nas sociedades africanas com os autores das teorias clássicas dos movimentos sociais. A guinada heurística é relevante para deixarmos de lado o questionamento sobre a existência ou não de movimentos sociais na África em favor de alguns outros menos grandiosos e mais pontuais, tais como; quais são os processos básicos envolvidos na constituição de grupos contestatários e causas políticas no continente? Como os contextos histórico, geográfico e cultural influenciam tais processos? Em que medida encontramos paralelos entre os casos africanos e outros fora do continente e como o desenrolar desses processos varia nas duas situações? Tais perguntas podem se desdobrar ulteriormente em outras a elas subsidiárias, bem como dar ensejo a outras, desde que preservem o princípio de decomposição analítica dos episódios e dos agentes de contestação em nome de sua compreensão explicativa. Partindo das coordenadas especificadas, é possível se deixar guiar por essas questões (que, como as boas questões deixam suas respostas em aberto) e ainda assim falar em movimentos sociais, uma vez que entendemo-los como uma construção conceitual que auxilia na investigação das propriedades empíricas dos fenômenos sociais e não como a empiria em si.

66 TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution*. Boston: Addison-Wesley, 1968.

67 PLEYERS, Geoffrey. *Alter-Globalization: Becoming Actors in a Global Age*. Cambridge: Polity, 2011, 13ff; PLEYERS, Geoffrey (2015) *The Global Age: A Social Movement Perspective*, in: BRINGEL, Breno M.; DOMINGUES, José Maurício (orgs) *Global Modernity and Social Contestation*. Londres e Nova Delhi: Sage, 2015, p. 108.

68 TILLY, Charles. *Social Movements, 1768-2004*. Boulder: Paradigm, 2004.